

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

<b>SENTENÇA</b>
-----------------

Processo nº:	<b>1013201-37.2016.8.26.0566</b>
Classe - Assunto	<b>Embargos À Execução - DIREITO CIVIL</b>
Embargante:	<b>Valquíria Malheiros Coro de Faria</b>
Embargado:	<b>Banco Santander (Brasil) S/A</b>

**VALQUÍRIA MALHEIROS CORO DE FARIA** opôs embargos à execução que lhe move o **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**, alegando ser parte ilegítima para figurar no polo passivo da ação de execução, haja vista não possuir qualquer relação com a emitente da cédula de crédito bancário e os avalistas.

Deferiu-se a concessão de efeito suspensivo.

O embargado foi citado e apresentou impugnação, aduzindo que pleiteou a inclusão da embargante no polo passivo da ação de execução em razão da semelhança de seu sobrenome com o do devedor, não podendo ser condenada ao pagamento das verbas sucumbenciais por mero erro material.

Apesar de intimada, a embargante não se manifestou sobre a impugnação.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

É incontroverso nos autos que a embargante é parte ilegítima para figurar no polo passivo da ação de execução, haja vista não possuir qualquer relação com o emitente e os avalistas da cédula de crédito bancário (fl. 50/55), acarretando, consequentemente, o acolhimento do pedido.

Independentemente da existência de culpa ou má-fé do embargado, a embargante foi chamado à lide principal e precisou contratar advogado para ingressar com a presente ação. Portanto, por força do princípio da causalidade, deve o embargado responder pelas custas processuais e honorários sucumbenciais.

Possivelmente ensejará polêmica a fixação, haja vista a previsão do § 2º do artigo 85 do Código de Processo Civil, dando a compreender que a verba ficará entre 10% e 20% do valor atualizado da causa, o que superaria, nestes autos, R\$ 33.800,00. Mas o trabalho foi



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

relativamente simples, sem qualquer desmerecimento, pois envolveu apenas a análise de documentos e a conclusão de homonímia, desde logo reconhecida pelo embargado.

Conforme estabelece o § 8º do mesmo artigo 85, *Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto no § 2º.*

Travou-se discussão a respeito da legitimidade da execução instaurada contra pessoa alheia ao título executivo. Portanto, não houve discussão quanto à dívida em si ou seus parâmetros, o que recomenda não utilizar seu montante como critério de estimativa da causa ou da verba honorária. Ademais, se o arbitramento pode ser feito por equidade quando o valor da causa for muito baixo, por coerência também assim poderá acontecer quando o valor for muito alto, considerando os aspectos da própria causa. Tal qual se tem nos autos.

Diante do exposto, **acolho os embargos** e, conseqüentemente, **julgo extinto o processo de execução** com relação à embargante.

Condeno o embargado ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios da patrona da embargante, fixados por equidade em R\$ 1.500,00.

Publique-se e intímem-se.

São Carlos, 01 de março de 2017.

  
**Carlos Castilho Aguiar França**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**